



Revista eletrônica de ciências sociais aplicadas.

ISSN: 1980-0193

ARTIGOS COMPLETOS/COMPLETS ARTICLES

A RECENTE POLÍTICA INDUSTRIAL BRASILEIRA: DA “POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO” AO “PLANO BRASIL MAIOR”

THE RECENT BRAZILIAN INDUSTRIAL POLICY: FROM THE “POLICY OF PRODUCTIVE DEVELOPMENT” TO “GREATER BRAZIL PLAN”

Cristiano Sausen Soares ⁽¹⁾

Centro Universitário Franciscano - UNIFRA/RS

Daniel Arruda Coronel ⁽²⁾

Pascoal José Marion Filho ⁽³⁾

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM/RS

RESUMO

O artigo teve por objetivo discutir as recentes políticas industriais adotadas no Brasil, “Política de Desenvolvimento Produtivo - PDP” e “Plano Brasil Maior”, a partir das opiniões de economistas, políticos, empresários e representantes de entidades do setor produtivo. Para a realização da referida pesquisa utilizou-se de uma abordagem qualitativa, aliando o uso da pesquisa bibliográfica e documental com método descritivo. Para alcançar o objetivo proposto foram selecionadas cinco reportagens sobre a PDP e cinco reportagens sobre o Plano Brasil Maior em publicações de jornais e revistas do País. Dentre os resultados, destaca-se a reportagem que apresentou um estudo da FIESP, concluindo que metade das metas anunciadas na PDP não seria cumprida até o final de 2010. Contudo, representava um significativo avanço e suas metas seriam cumpridas caso os benefícios fossem estendidos a toda a indústria e não apenas a setores específicos. Quanto ao Plano Brasil Maior, destaca-se a reportagem que aponta a opinião de diversos economistas sobre esta política industrial. Nela, salienta-se como aspecto positivo a desoneração da folha de salários de determinados setores produtivos e como aspecto negativo a preferência de até 25% de gastos públicos com produtos e serviços nacionais, que na opinião de alguns economistas seria um incentivo a ineficiência. O trabalho conclui que apesar da adoção de novas políticas, os problemas estruturais da indústria brasileira permanecem carentes de soluções. Entretanto, a PDP se mostrou eficiente para alguns setores de baixa e média intensidade tecnológica, sendo criticada por atuar através de medidas protecionistas em favorecimento a determinados segmentos industriais. Ainda, no tocante ao Plano Brasil Maior, percebe-se uma continuidade à política anterior, apresentando poucos avanços, frustrando o setor que esperava medidas mais ousadas.

Palavras-Chave: Política Industrial; Política de Desenvolvimento Produtivo; Plano Brasil Maior.

ABSTRACT

The article discusses the recent industrial policies adopted in Brazil, "Policy of Productive Development - PDP" and "Greater Brazil Plan", from the views of economists, politicians, businessmen and representatives of the productive sector. To achieve this objective we used a qualitative approach with bibliographic and documental research and descriptive method. We have selected five stories on the PDP and five stories about Greater Brazil Plan publications in newspapers and magazines in the country. Among the results,

there is a report which presented a study of FIESP, concluding that half of the announced goals the PDP would not be fulfilled until the end of 2010. However, it represented a significant advance and goals would be met if the benefits were extended to the entire industry and not just specific sectors. With regard to Greater Brazil Plan, there is a report that points to the opinion of many economists on this industrial policy. Here, it is noted as a positive aspect to the payroll tax relief for certain industries or as a negative aspect preference of up to 25% of public spending on domestic goods and services, which in the opinion of some economists would encourage inefficiency. The paper concludes that despite the adoption of new policies, the structural problems of the Brazilian industry remains in need of solutions. However, the PDP has proved effective for some sectors of low and medium technological intensity, being criticized for acting through protectionist measures in favor of certain industries. Still, with regard to Greater Brazil Plan, one senses a continuation of previous policy, with little progress, frustrating the industry hoped that bolder action.

Key Words: Industrial Policy; Productive Development Policy; Greater Brazil Plan.

INTRODUÇÃO

A discussão referente à interferência ou não do Estado na economia não é recente. Porém, em tempos de crises internacionais, marcados por fortes incertezas, os países precisam implantar políticas que apresentem garantias aos seus mercados, principalmente em relação aos efeitos dessas crises. Neste sentido, a adoção de políticas contribui para fomentar a economia e manter o mercado interno aquecido.

Essas intervenções do Estado na economia podem ser realizadas através de Políticas Industriais, entendidas como um conjunto de incentivos e regulações associadas a ações públicas, as quais podem afetar a alocação inter e intraindustrial de recursos. Tais medidas influenciam a estrutura produtiva e patrimonial, a conduta e o desempenho dos agentes econômicos em determinado espaço nacional (FERRAZ, MENDES e KUPFER, 2002).

Assim, para estes autores, os governos podem optar pelo estímulo à indústria como um todo, através de Políticas Horizontais, ou ainda, por fomentar uma indústria ou um setor específico, através de Políticas Verticais. Neste contexto, ao adotar políticas industriais, o governo está direcionando as suas ações para estratégias de crescimento e desenvolvimento.

Recentemente, outra discussão surgiu entre os economistas, emergindo um novo tema de debate no cenário industrial brasileiro: a “desindustrialização” do País. Este tema está sendo apontado em alguns estudos (NASSIF, 2008; BRESSER-PEREIRA, 2010), principalmente devido à queda da participação do setor industrial no Produto Interno Bruto (PIB).

Em maio de 2008, dentro de uma perspectiva desenvolvimentista com o objetivo de fomentar o setor industrial, o então governo Lula, em seu segundo mandato, lançou a Política de Desenvolvimento Produtivo - PDP, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Essa política envolveu também a participação de outros ministérios, como o da Ciência e Tecnologia e o Ministério da Fazenda, além de instituições como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). O objetivo principal da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) foi o de intensificar o diálogo entre o governo e o setor produtivo, visando proporcionar à indústria brasileira maior competitividade no mercado nacional e internacional.

Dando continuidade a esta política, depois da transição de governo, a atual presidenta Dilma Rousseff lançou em agosto

de 2011 o “Plano Brasil Maior”, com o lema “inovar para competir, competir para crescer”, ampliando a política industrial adotada na gestão do governo anterior. No entanto, os objetivos deste plano referem-se ao aumento da competitividade da indústria por meio de incentivos à inovação tecnológica e agregação de valor, dando maiores oportunidades de crescimento às micro e pequenas empresas – MPEs (BRASIL, 2011a).

Nos dois períodos que envolveram a implantação destas políticas industriais, as incertezas econômicas advindas de crises internacionais (2008 – Crise Americana; 2011 – Crise Européia) afetavam o mercado e exigiam dos governantes medidas capazes de atenuar seus efeitos. Apesar de se tratar de dois períodos de crises internacionais que apresentam cenários econômicos semelhantes, a adoção de políticas, capazes de atenuar os efeitos dessas crises tendem a ser diferentes, bem como a reação dos principais atores econômicos.

Uma das razões que motivam a realização deste estudo refere-se ao fato de que o mercado reage de forma diferente às medidas adotadas pelo governo, afetando a indústria e o mercado como um todo. Com isto, o objetivo principal desta pesquisa é analisar as recentes políticas industriais adotadas no Brasil, a “Política de Desenvolvimento Produtivo” e o “Plano Brasil Maior”, a partir da opinião de economistas, políticos, empresários e representantes de entidades dos setores produtivos.

O artigo está estruturado em cinco seções, iniciando com esta introdução. Na segunda seção é descrito o método empregado no estudo. Na terceira seção, a fundamentação teórica apresentada a “PDP” e o “Plano Brasil Maior”. Na quarta seção, são relatados os resultados e discussões,

referentes às opiniões dos atores econômicos, observados nas reportagens selecionadas para o estudo. A última seção traz as conclusões, limitações e sugestões para pesquisas futuras.

MÉTODO

Para a realização da pesquisa utiliza-se uma abordagem qualitativa, aliando o uso da pesquisa bibliográfica e documental com método descritivo. Segundo Cervo e Bervian (1976), em qualquer pesquisa, independente da área do conhecimento, supõe-se a exigência de uma pesquisa bibliográfica prévia, seja para o levantamento da situação em questão, seja para a fundamentação teórica.

De acordo com Gil (1995), a pesquisa documental assemelha-se à pesquisa bibliográfica, pois utiliza documentos primários, como documentos oficiais, reportagens de jornais e revistas, filmes, fotos, gravações, dentre outros, e documentos secundários, relatórios de pesquisa, relatórios de empresas ou governos, etc. Assim, a pesquisa documental permite a ampla utilização de registros, interpretações e comentários, produzidos das mais diferentes formas e diferentes épocas, referentes aos diversos acontecimentos, ambientes e situações relevantes a estudos históricos (SCARPARO, 2000).

Desta forma, além do estudo bibliográfico, faz-se necessário o levantamento e análise de documentos pertinentes ao tema para conclusão deste trabalho. Com isto, realizou-se um levantamento de reportagens publicadas nas seções de economia em jornais e revistas, referentes ao lançamento dos programas de políticas industriais, tanto do governo Lula, quanto do governo Dilma.

Primeiro, a coleta das reportagens jornalísticas a serem analisadas neste estudo foi realizada pela internet, obedecendo ao critério de identificação da fonte da publicação, através do reconhecimento público dos jornais e revistas, em meio eletrônico ou impresso, em suas seções de economia. Além disso, as reportagens encontradas deveriam apresentar a opinião dos diferentes atores econômicos, dentre eles empresários, políticos, economistas e representantes de entidades de classe dos mais diversos setores produtivos beneficiados pelas medidas adotadas nestas políticas industriais.

Neste sentido, adotou-se como procedimento para selecionar as matérias jornalísticas que seriam analisadas, a observação da data de publicação, coincidindo com o período de lançamento da PDP, maio de 2008, até o final de 2011, período posterior a data de lançamento do Plano Brasil Maior. Com isto, foram selecionadas 5 (cinco) reportagens sobre a PDP e 5 (cinco) reportagens sobre o Plano Brasil Maior. Entretanto, como a política adotada em 2008 já foi estudada em outros trabalhos, como os de Ferraz (2009), Sarti e Hiratuka (2010), Coronel (2010), Coronel et al (2011), além de ser assunto de diferentes reportagens, foi possível selecionar aquelas que apresentavam de forma geral uma avaliação sobre a PDP, considerando todo o período de vigência desta política. Porém, como o Plano Brasil Maior foi lançado recentemente, utilizam-se reportagens que apresentavam comentários sobre os programas elaborados para o cumprimento das metas desta política.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Política Industrial consiste na adoção de ações pelo Estado para intervir na

economia mediante adoção de alguns instrumentos (PEREIRA, 2007). Os principais instrumentos de política industrial são: isenção tributária, para atrair investimentos; oferta de juros subsidiados; discricionariedade da estrutura de tarifas de importação; redução de tributos e medidas que visam melhoramentos na infraestrutura; e redução de custos de transação (PACK e SAGGI, 2006).

A política industrial é um tema controverso, com vários autores, de cunho neoclássico, apresentando restrições à sua utilização (por exemplo, FERREIRA e HAMDAN, 2003; PACK e SAGGI, 2006; PINHEIRO et al., 2007). Esses autores argumentam que as políticas industriais beneficiam poucos setores da economia, ou seja, ao escolher medidas para proteger determinados setores, muitas vezes por critérios mais fundamentados em pressões políticas e de instituições, os governos deixam de fomentar o desenvolvimento de setores estratégicos para o desenvolvimento econômico e social do país¹.

Neste sentido, os autores defendem o uso de políticas industriais horizontais que beneficiam a indústria de um modo global, através de ações como: reforma tributária, medidas fiscais e financeiras incentivadoras, combate a inflação, redução das taxas de juros, busca por estabilidade econômica e financeira, investimentos em educação, infraestrutura e incentivos a poupança (FERRAZ, MENDES e KUPFER, 2002; FERREIRA, 2005; PEREIRA, 2007).

¹ Autores como Rodrik (2010) rebatem as críticas ao argumento que política industrial é uma forma dos governos escolherem vencedores e deixarem de fomentar outros setores importantes para o desenvolvimento. Segundo o autor, o que determina o sucesso de uma política industrial não é a capacidade de escolher os vencedores, mas a capacidade de deixar os perdedores caírem fora, ou seja, um requisito menos exigente. Ainda neste contexto, incertezas asseguram que até mesmo políticas ótimas conduzem erros, contudo o fundamental é que os governos percebam esses erros e retirem seu apoio antes que as políticas tornem-se muito dispendiosas.

Outra linha teórica, entretanto, aponta a utilização de Políticas Industriais em setores específicos ou políticas industriais verticais (ALEM, BARROS e GIANBIAGI, 2002; SUZIGAN e FURTADO, 2006). Conforme Pinheiro et al. (2007), ao adotar estas medidas verticais o Estado mobiliza parte dos instrumentos, focalizando e privilegiando um conjunto de empresas, indústrias ou cadeias produtivas. A adoção destas medidas é justificada por indústrias com maior valor agregado, com grande poder de encadeamento, com maior dinamismo potencial e indústrias nascentes ou com retornos crescentes de escala (FERRAZ, MENDES e KUPFER, 2002). A partir das teorias apresentadas, volta-se a atenção para a situação das políticas industriais adotadas no Brasil.

Políticas Industriais no Brasil: uma síntese

No Brasil, a primeira tentativa de proteger a produção nacional², ocorreu no primeiro governo Vargas, durante a década de 1930, quando o governo passou a comprar o excedente de café do setor para depois destruí-lo. Essa ação tinha o objetivo de sustentar as cotações internacionais do produto. A partir dessa decisão, foi possível a criação de um imposto sobre as exportações de café, permitindo ao governo fazer a transferência de recursos para o setor industrial através de investimento em infraestrutura e proteção às indústrias que se consolidavam no país.

Outra tentativa de fomentar o setor industrial brasileiro ocorreu no governo

Juscelino com o Plano de Metas, que tinha como objetivos gerais investimentos em estatais, principalmente em transporte e energia elétrica; incentivo ao aumento da produção de bens de capital, como máquinas e equipamentos, e intermediários, tais como aço, carvão e zinco; incentivo à produção dos setores de bens de consumo duráveis; e estímulo à produção de alimentos (SOUZA, 2008).

No governo Geisel, o Brasil adotou o II Plano Nacional de Desenvolvimento - PND, com o objetivo de manter o crescimento econômico em torno de 10% ao ano e crescimento industrial de 12% ao ano (BRASIL, 1974). Para Carneiro (2002), esta política tinha quatro diretrizes centrais: modificações na matriz industrial brasileira; mudanças na organização industrial; desconcentração regional da atividade produtiva; e, melhoria na redistribuição de renda.

Na década de 1980, conhecida na literatura econômica como a “década perdida”, devido às altas taxas de inflação e baixo crescimento econômico, o Brasil não adotou nenhuma política industrial, e o setor perdeu participação na formação do PIB (CORONEL, et al 2011). Contudo, uma nova era na política industrial brasileira foi instaurada no início na década de 1990, baseada em medidas públicas orientadas pelo “Consenso de Washington”, como a abertura comercial e às privatizações. Neste sentido, os governos de Collor e Fernando Henrique Cardoso priorizaram políticas econômicas voltadas ao combate à inflação e estabilidade do mercado, deixando de lado as políticas industriais (CANO e SILVA, 2010).

Com a tradicional esquerda política sendo eleita em 2002 à presidência do Brasil, existia grande incerteza quanto às ações que seriam implantadas pelo governo Lula e suas políticas industriais, principalmente sobre o

²Embora a maior parte dos economistas apregoe que o processo de industrialização iniciou-se com Vargas, em 1930, esta hipótese não é consensual na literatura econômica, e autores como Cardoso de Mello (2009) consideram que o processo de industrialização iniciou-se em 1888, com o fim da escravidão. Assim, de acordo com o autor, o período de 1888 a 1933 pode ser considerado como o nascimento e consolidação da grande indústria, de 1933 a 1955, industrialização restrita e, de 1955 em diante, industrialização gerada.

modelo de inserção internacional escolhido para a economia brasileira. Porém, o primeiro mandato do presidente Lula (2003/2006) deu continuidade à política macroeconômica adotada até o momento. No entanto, conforme Coronel (2011) iniciou-se importantes medidas de formulação da Política Industrial, Tecnologia e Comércio Exterior (PITCE) com foco em quatro eixos: 1 - inovação e desenvolvimento tecnológico; 2 - inserção externa; 3 - modernização industrial e ambiente institucional; e, 4 - aumento da capacidade produtiva. Desde sua formulação, a PITCE apresentou vários problemas, resultando em uma ausência de ações concretas e no descumprimento de seus propósitos.

A partir das medidas adotadas no primeiro mandato do governo Lula, elaborou-se um novo plano para o segundo mandato, com medidas previstas para os períodos de 2008/2011, sendo nominado de “Política de Desenvolvimento Produtivo” – PDP. Continuando na linha desenvolvimentista, a atual presidenta do Brasil, Dilma Rouseff, lançou recentemente o Plano Brasil Maior, contendo políticas industriais para o período 2011-2014.

Políticas Industriais recentes no Brasil

Cano e Silva (2010) e Moraes e Lima Júnior (2010) comentam que mesmo não alcançando na íntegra seus objetivos, a PITCE foi muito importante na história econômica do país por trazer de volta à tona o debate econômico sobre a adoção de políticas públicas voltadas à economia industrial, como mecanismo para fomento da indústria, crescimento econômico e desenvolvimento social do país. Ainda, a utilização da PITCE como política industrial merece destaque por ser criada, a partir dela, outras medidas legais, como a Lei da Inovação e da

Biosegurança, e servir de base para a criação da Política de Desenvolvimento Produtivo (CORONEL et al., 2011).

Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP

A Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) foi lançada em maio de 2008, no segundo mandato do presidente Lula, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio, contando com a participação de outros Ministérios, como o da Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão, além do Ministério da Ciência e Tecnologia. O objetivo geral da PDP era proporcionar crescimento econômico ao país, através do incentivo ao desenvolvimento da indústria, fomentando a geração de empregos e aumento da competitividade da indústria interna e externa, conforme o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (BRASIL, 2011b).

A estabilidade e previsibilidade da economia, reconhecida através da elevação do Brasil à categoria de grau de investimento no cenário internacional, seria refletida no cumprimento das metas de inflação, na obtenção de superávits comerciais, na acumulação de divisas, na redução dos indicadores de endividamento público e na melhora da distribuição de renda. Estas seriam condições necessárias para que a economia brasileira entrasse em um período de crescimento sustentável. Com isto, o governo federal buscou a implantação de programas de importância estratégica, tais como o Plano de Aceleração do Crescimento – PAC, Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, Plano de Ação em Ciências, Tecnologia e Inovação – PACTI e o Programa Mais Saúde, mobilizando investimentos imprescindíveis e estruturantes de longo prazo (BRASIL, 2011b).

Segundo Coronel (2011), mesmo com as incertezas presentes no mercado global, às vésperas da crise financeira de 2008, a indústria brasileira apresentava bons indicadores de crescimento e aumento nas exportações. Com isto, com o intuito de amenizar os efeitos desta crise, o governo federal precisou acelerar a implantação das suas medidas previstas na PDP. Contudo, mesmo estando em um cenário econômico favorável à implantação de políticas horizontais, através de medidas essenciais como reformas tributárias e fiscais, facilidades de financiamento, aumento do poder de compra por parte do governo, aprimoramento jurídico, regulação e apoio técnico, visando sustentação de um longo ciclo de desenvolvimento produtivo, apoiado no investimento, na inovação, na competitividade das empresas e na ampliação das exportações, preferiu-se a adoção de políticas industriais verticais.

Quanto aos instrumentos propostos nesta política, há a desoneração de diversos setores produtivos correspondente a uma renúncia fiscal de R\$ 21,4 bilhões, previstos para o período entre 2008 e 2011 (CANO e SILVA, 2010). Dentre as medidas previstas na PDP estão a adoção de metas para ampliar a capacidade de oferta, preservar a robustez da balança de pagamentos, elevar a capacidade de inovação e fortalecer micro e pequenas empresas. O alcance destas metas depende de investimentos fixos (de 17,6% do PIB em 2007 para 21% em 2010), aumento dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento (0,65% do PIB), ampliação da participação das exportações brasileiras nas exportações mundiais (de 1,18% em 2007 para 1,25% em 2010) e ampliação em 10% do número de micro e pequenas empresas exportadoras (BRASIL, 2011b).

Contudo, as expectativas sobre as medidas adotadas nesta política industrial

referiam-se ao alcance dos principais resultados até o final do governo Lula. Entretanto, faz-se necessária a implantação de projetos de longo prazo, sendo importante que tais políticas tenham continuidade para que possam alcançar seus objetivos (BRASIL, 2011b).

Plano Brasil Maior

A economia brasileira estabilizou-se e mostrou relativo crescimento nesses últimos anos, apresentando como desafio ao atual governo federal a continuidade nesse crescimento. O Plano Brasil Maior é uma resposta do governo a este desafio, tendo como objetivo maior, idealizado para o período compreendido entre 2011 e 2014, aumentar a competitividade da indústria nacional, a partir do incentivo à inovação tecnológica, agregação de valor e fomento a produção nacional, alavancando a competitividade da indústria no mercado interno e externo (BRASIL, 2011a).

Com o lema “Inovar para competir, competir para crescer”, o Plano Brasil Maior dá continuidade à Política Industrial implantada na gestão anterior, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio com a participação dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, Planejamento, Orçamento e Gestão, Fazenda e Casa Civil.

Contudo, esse plano é mais abrangente que a PDP. Conforme a Cartilha do Plano Brasil Maior (BRASIL, 2011a), ele é constituído por um conjunto de medidas, tais como: estímulo ao investimento e à inovação; apoio ao comércio exterior; defesa à indústria e mercado interno; desonerações tributárias; financiamento à inovação, aplicação de recursos em setores de alta e média-alta tecnologia; fortalecimento das micro, pequenas e médias empresas inovadoras;

criação de programa para qualificação de mão de obra; desoneração de investimentos; financiamentos e garantias para as exportações; preferência para produtos manufaturados e serviços nacionais nas compras governamentais; e financiamento de projetos que reduzam emissões de gases de efeito estufa.

Com este plano de política industrial, o governo associa políticas horizontais (através de programas aqui denominados de Dimensões Sistêmicas, com Temas transversais) e políticas verticais (por meio de medidas aqui denominadas de Dimensões Estruturantes, com Diretrizes Setoriais). Dentre as medidas estruturantes, o Plano Brasil Maior prevê a construção de projetos e programas, em parceria entre o governo e o setor privado, com base em cinco diretrizes: 1 - Fortalecimento das cadeias produtivas; 2 - Ampliação e criação de novas competências tecnológicas e de negócios; 3 - Desenvolvimento das cadeias de suprimento em energias; 4 - Diversificação das exportações e Internacionalização corporativa; e, 5 - Consolidação de competências na Economia do Conhecimento Natural. Quanto à Dimensão Sistêmica, esta política destina-se a orientar medidas com os seguintes objetivos: reduzir custos, acelerar o aumento da produtividade e promover bases mínimas de isonomia para as empresas brasileiras em relação a seus concorrentes internacionais; e consolidar o sistema nacional de inovação por meio da ampliação das competências científicas e tecnológicas e sua inserção nas empresas (BRASIL, 2011a).

A dimensão sistêmica, associada à dimensão estruturante, constitui-se nos seguintes temas: Comércio Exterior; Incentivo ao Investimento; Incentivo à Inovação; Formação e Qualificação Profissional; Produção Sustentável; Competitividade dos Pequenos Negócios;

Ações especiais em desenvolvimento regional; e, Bem estar do consumidor (BRASIL, 2011a). Ainda, o Plano Brasil Maior apresenta metas importantes para alcançar seus objetivos até 2014, como descritos a seguir:

- a) Ampliar o investimento fixo em relação ao PIB de 18,4% em 2010 para 22,4%;
- b) Elevar dispêndio empresarial em P&D em percentual do PIB (meta compartilhada com estratégia nacional de ciência, tecnologia e inovação - ENCTI) de 0,59% em 2010 para 0,90%;
- c) Aumentar a qualificação de RH: Percentual de trabalhadores da indústria com pelo menos nível médio de 53,7% em 2010 para 65%;
- d) Ampliar o valor agregado nacional, aumentando o valor da transformação industrial, valor Bruto da Produção (VTI/BO) de 44,3% em 2009 para 45,3%;
- e) Elevar o percentual da indústria intensiva em conhecimento: VTI da indústria de alta e média-alta tecnologia / VTI total da indústria, de 30,1% em 2009 para 31,5%;
- f) Fortalecer as MPEs: Aumentar em 50% o número de MPEs inovadoras de 37,1 mil em 2008 para 58,0 mil;
- g) Produzir de forma mais limpa, diminuindo o consumo de energia por unidade de PIB industrial (consumo de energia em tonelada equivalente de petróleo - tep por unidade de PIB industrial), 150,7 tep/R\$ milhão em 2010 para 137,0 tep/R\$ milhão;
- h) Diversificar as exportações brasileiras, ampliando a participação do país no comércio internacional, de 1,36% em 2010 para 1,60%;
- i) Elevar participação nacional nos mercados de tecnologias, bens e serviços para energias, aumentando o Valor da Transformação

Industrial/Valor Bruto da Produção (VTI/VBP), de 64,0% em 2009 para 66,0%; e,

j) Ampliar o acesso a bens e serviços para qualidade de vida, ampliando o número de domicílios urbanos com acesso a banda larga (meta PNBL), de 13,8 milhões de domicílios em 2010 para 40,0 milhões de domicílios.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Sempre que ocorre um fato relevante na política nacional ou que uma nova medida é adotada pelo governo, o mercado como um todo reage, formando suas expectativas. Estas expectativas podem influenciar no desenvolvimento das políticas adotadas, bem

como nos seus resultados. Com isto, nesta seção serão apresentadas algumas reportagens contendo a opinião de alguns atores econômicos sobre as duas últimas políticas industriais adotadas pelo governo brasileiro: a PDP e o Plano Brasil Maior.

Política de Desenvolvimento Produtivo - PDP

Após o lançamento da PDP em maio de 2008, jornais e revistas especializados dispensaram grande atenção às ações do governo no tocante à política industrial. No Quadro 1, são apresentadas as reportagens selecionadas, assim como os aspectos positivos e negativos destacados.

QUADRO 1 - Reportagens selecionadas - PDP

Fonte da Publicação	Aspectos Positivos	Aspectos Negativos
Folha de São Paulo (2008)	O Ministério do Desenvolvimento afirma que o investimento industrial estaria alinhado às projeções do governo.	Pesquisa realizada pela FIESP aponta que metade das metas da PDP não serão cumpridas até o final de 2010.
Notícias CGEE (2008)	Intensifica o diálogo entre o governo e os setores produtivos para dar maior competitividade ao mercado interno.	Os desafios da indústria brasileira são a ampliação da capacidade de oferta, preservação da capacidade de pagamentos, elevação da capacidade de inovações e fortalecimento de MPes.
Valor Econômico (2010)	Acelera medidas pontuais referentes à política industrial, principalmente a redução do IPI e taxas de juros.	Não apresenta alterações estruturais, consideradas fundamentais para a indústria, consideradas pouco inovadoras.
Veja (2010)	Participação do Brasil nas exportações mundiais alcançou suas metas, principalmente com produtos primários.	PDP completaria o ano de 2010 sem cumprir suas principais metas.
Jornal do Comércio (2011)	Proporcionou benefícios a setores de baixa e média complexidade, destacando-se os setores automobilísticos e de bens de capital.	Falta de definição dos setores beneficiados pelo programa.

FONTE: Elaborado pelos autores da pesquisa

Em reportagem intitulada “Juro e Câmbio vão impedir metade das metas da política industrial, diz FIESP” (FOLHA DE

SÃO PAULO, 2008), após a apresentação das principais metas da PDP, Agnaldo Brito, repórter do jornal, mostra os resultados de um

estudo realizado pela FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) sobre a Política Industrial do governo Lula. Nesta reportagem, conta que metade das metas fixadas nesta política industrial até 2010 não seriam cumpridas. Esta opinião é endossada pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial - IEDI, conforme a mesma reportagem.

O investimento industrial de 21% do PIB e a exportação de US\$ 210 bilhões (1,25% do comércio mundial) não são factíveis até 2010. Estes valores podendo chegar a 19% do PIB e no máximo a US\$ 196,8 bilhões (1,06% das exportações mundiais), respectivamente. Entretanto, para a FIESP, outras duas metas poderiam ser cumpridas: a elevação do investimento em pesquisa e desenvolvimento para 0,65% do PIB e a ampliação do número de empresas exportadoras para 11,8 mil.

Estes resultados se devem, conforme informações do diretor do departamento de competitividade da FIESP, José Ricardo Roriz, à elevação dos juros básicos da economia, que devem atuar como um freio ao investimento industrial. No entanto, quanto às exportações, a desvalorização do real frente ao dólar afeta a competitividade do produto brasileiro e afasta os exportadores do mercado.

Neste sentido, o Consultor do IEDI, Júlio Gomes de Almeida, concorda com as conclusões apresentadas na reportagem no tocante ao estudo da FIESP. Segundo ele, a meta de investimento industrial seria muito ousada, considerando os incentivos previstos para viabilizá-lo. Porém, na opinião de Almeida, estas metas seriam cumpridas se o governo universalizasse o benefício da depreciação acelerada e isenção de algum tributo a toda a indústria, como disponibilizada ao setor automobilístico.

A reportagem apresenta ainda a resposta do Ministério do Desenvolvimento ao estudo da FIESP, por meio da Chefe da

Assessoria Econômica do Ministério do Desenvolvimento, Fernanda De Negri. Ela afirma que o investimento industrial estaria alinhado às projeções do governo e que as medidas adotadas e os instrumentos de incentivos ao investimento seriam suficientes para recuperar o impacto da elevação dos juros.

A reportagem “Encontros Estratégicos: Política de Desenvolvimento Produtivo é tema da ABDI” (NOTÍCIAS CGEE, 2008). Nela é relatada a participação de Reginaldo Braga Arcuri, presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), em uma série de encontros, organizados pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE). Estes encontros tinham por finalidade reunir especialistas nacionais e internacionais para comentar os temas relativos à Ciência e Tecnologia, além de outros temas de interesse da Entidade.

Para Arcuri (ABDI), a política industrial do governo Lula buscava intensificar o diálogo entre o governo e o setor produtivo para dar à indústria maior competitividade no mercado interno e externo. Ele destaca pontos positivos da PDP, observando o contexto do cenário econômico e social do país naquele momento (expansão dos mercados de crédito e capitais, aumento do emprego formal e redução das desigualdades sociais). Continuando, Arcuri cita que os principais desafios da indústria brasileira eram a ampliação da capacidade de oferta, preservação da capacidade da robustez do balanço de pagamentos, elevação da capacidade de inovação e fortalecimento das micro e pequenas empresas.

Ainda, o presidente da ABDI afirma que a Política Industrial do governo Lula é abrangente e seu objetivo é apoiar a expansão que a indústria apresentava até então. Na opinião de Arcuri, para alcançar os objetivos, a PDP apoiava-se em quatro macrometas até

2010. No entanto, para cumpri-las seriam desenvolvidos programas específicos voltados para fortalecer a competitividade no setor automotivo, bens de capital, indústria naval e cabotagem, biodiesel, têxtil e confecções, couro, calçados e artefato, madeira e móveis, agroindústrias, construção civil, higiene, perfumaria, cosméticos e plásticos.

A reportagem ainda apresenta a opinião do Diretor-executivo do CGEE (Centro de Gestão e Estudos Estratégicos), Márcio Miranda, que diz ver de maneira positiva a PDP, devido ao alinhamento dos diversos ministérios em prol da consolidação destas políticas. Com isto, Miranda salienta que outros seis programas contemplam destaques estratégicos para o governo: ampliação das exportações; fortalecimento das MPÉs; integração produtiva com a América Latina e Caribe, com foco no Mercosul; regionalização; integração com a África; Produção limpa; e desenvolvimento sustentável.

Em outra reportagem intitulada “Para empresários, Política Industrial apenas acelerou medidas pontuais” (WATANABE e VILAVERDE, 2010), publicada no Jornal Valor Econômico, afirma que a PDP acelerou medidas pontuais, porém não apresentou alterações estruturais consideradas imprescindíveis pela indústria, principalmente se considerar o período pós-crise. Segundo a reportagem, esta é a avaliação de sete dos doze segmentos industriais beneficiados com medidas adotadas na PDP. Neste sentido, argumenta-se que tanto governo quanto os setores produtivos concordam que a crise atrapalhou o cumprimento das grandes metas, como exportações e investimento total. Contudo, algumas medidas pontuais, como a redução do IPI e taxa de juros, auxiliaram no resultado positivo do setor automobilístico.

Além de pontuais, as medidas adotadas na PDP foram pouco inovadoras nos

setores beneficiados. Com isto a reportagem cita, por exemplo, a redução do IPI e ampliação de prazo para recolhimento deste imposto para o setor automobilístico, já adotado desde 2004. Outro exemplo citado refere-se ao setor de bens de capital, que obteve redução no prazo de apropriação de créditos de PIS e Cofins na aquisição de máquinas, também já concedido anteriormente ao lançamento da PDP.

Para Heitor Klein, diretor da Associação Brasileira da Indústria de Calçados (Abicalçados), as parcerias elencadas na PDP como iniciativas para a promoção comercial do setor no exterior e capacitação de pequenas e médias empresas, são medidas que já existem desde 2000. Porém, ele reconhece que medidas concretas foram tomadas para beneficiar o setor, mesmo que estas iniciativas tenham partido do próprio setor produtivo. Assim como Klein, Mario Bernardini, diretor da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas (Abimaq), afirma que muitos dos objetivos e metas adotadas nesta política são anseios antigos do setor.

Entretanto, nem todos os diretores de entidades citados na reportagem concordam que a PDP apenas elenca medidas já adotadas. Para Fernando Pimentel, diretor da ABIT (Associação Brasileira da Indústria Têxtil), a PDP é importante para a indústria brasileira porque coordenou uma série de ações pré-existentes, direcionadas a diversos setores da indústria. Nesta linha, a reportagem salienta que, na opinião de Reginaldo Arcuri (ABDI), a PDP reuniu tais reivindicações, analisou e proporcionou aperfeiçoamentos e possibilitou sua adoção.

Obstante a isto, a reportagem apresenta a opinião de Corrêa de Lacerda, Professor-Doutor da PUC-SP. Para ele, a elaboração da PDP é acometida de dois erros e um acerto. Segundo Lacerda, o governo acerta ao implantar uma política industrial depois de

quase 30 anos sem ter medidas nesta área, mas a demora nas ações do governo e os problemas estruturais do país são entraves para alcançar a totalidade das metas desta política. Ainda, segundo ele, as desonerações fiscais não compensam a enorme desvalorização do câmbio e as altas taxas de juros que o setor produtivo brasileiro enfrenta.

Mesmo assim, Jakson Schneider, presidente da Associação dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), não considerou modestas as medidas adotadas na PDP, ao contrário. Schneider classifica as medidas como específicas, pontuais e adequadas, destacando ainda que seus resultados seriam sentidos no futuro. Festejando o sucesso do setor automobilístico, o diretor da Anfavea, salienta a importância dos incentivos fiscais ao setor.

A reportagem ainda apresenta outros setores que, assim como o automobilístico, também lograram bons resultados, basicamente devido a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, como o de plástico e de móveis. Para Merheg Cachum, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Plástico (Abiplast), as ações mais importantes do governo foram: redução do IPI e melhoria nas condições de financiamento, com acesso facilitado ao BNDES. Com a mesma opinião, José Litel, assessor parlamentar da Associação Brasileira da Indústria de Moveis (Abimovel), elenca a redução do imposto como determinante para estimular as empresas do setor, além de fomentar a exportação.

Outro aspecto salientado na reportagem analisada refere-se ao Programa Minha Casa, Minha Vida. Conforme Paulo Safady Simão, presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), o papel do governo neste setor foi fundamental para reverter os efeitos da crise. Com medidas de fomento a indústria nacional, as últimas

medidas adotadas pela PDP beneficiavam este setor, no entanto, obteve bons resultados, e, na visão de Simão, deve ser revisto e ampliado devido seu sucesso.

Ao encerrar a reportagem, os jornalistas questionam quanto às expectativas para os períodos pós-crise, trazendo a opinião de Schneider (Anfavea) sobre a necessidade de reformas estruturais no país, envolvendo medidas legislativas e constitucionais, como a reforma trabalhista, tributária, além de melhoria na infraestrutura e logística.

Em outra reportagem intitulada “Política industrial de Lula fecha ano sem cumprir metas” (VEJA, 2010), afirma que a PDP completaria o ano de 2010 sem cumprir suas principais metas. Com estes resultados e sob ameaça de desindustrialização, a reportagem informa que o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio deve avaliar as medidas, e elaborar novo plano para o governo Dilma. A taxa de investimento fixo na economia para o ano de 2010 fechou perto de 19% do PIB, diferente da meta de 21%. Este resultado confirmou a expectativa inicial dos atores econômicos descrito no estudo da FIESP, comentado na primeira reportagem analisada.

Ainda, a meta de 0,65% do PIB para investimentos em pesquisa e desenvolvimento, fechou 2010 próximo a 0,5%. O aumento no número de micro e pequenas empresas exportadoras, também foram prejudicados pelo câmbio desfavorável, fechando 2010 com uma redução de 4%, em comparação com 2009. Por fim, a quarta meta referente à fatia do Brasil nas exportações mundiais, fixada em 1,25% na PDP, foi alcançada em 2010, porém, basicamente devido aos produtos primários. Mesmo com este resultado não foi superado os US\$ 208 bilhões, previstos na PDP, diz a reportagem.

Como forma geral de avaliação, foi selecionada a reportagem intitulada “A

Política Industrial do Governo Lula” (CORONEL e AZEVEDO, 2011), publicada no Jornal do Comércio em 10 de junho de 2011, dois meses antes do lançamento da política industrial do governo Dilma. Para os autores, um dos maiores desafios enfrentados pela PDP se deve a falta de definição dos setores que iriam ser beneficiados com a redução de alíquotas e impostos. Esta falta de posicionamento do governo no tempo certo causou dificuldade em justificar quais setores seriam beneficiados e quais não.

Para os autores a PDP beneficiou setores de baixa e média intensidade tecnológica, destacando-se o automobilístico e de bens de capital. Seus resultados se devem basicamente à redução de impostos. Quanto aos setores de alta tecnologia, as pouquíssimas medidas não alcançaram resultados que mereçam destaque. Contudo, Coronel e Azevedo salientam que o setor de alta tecnologia deve receber atenção especial na próxima edição continuada da PDP, pois além de ser estratégico, é fundamental para se chegar a taxas de crescimento econômico sustentável.

Neste sentido, Coronel e Azevedo (2011) destacam a importância do Brasil dar

continuidade à política industrial, defendendo a idéia de discussão com todos os setores produtivos, além de insistir na importância do governo realizar as reformas estruturais, como a trabalhista, tributária e previdenciária. Aqui a reportagem encerra, trazendo a opinião dos economistas, afirmando que com a PDP revigorada, atenção especial a setores de alta tecnologia e reformas estruturais, o governo pode minimizar os efeitos negativos de juros altos e supervalorização cambial.

O Plano Brasil Maior

Lançado em 02 de agosto de 2011, o Plano Brasil Maior é a mais recente política industrial do governo brasileiro. Formulado em meio à discussão sobre a desindustrialização do país e enfrentando críticas, pois seria muito similar à política industrial adotada no governo anterior, o Plano Brasil Maior, assim como a PDP, também visa incentivar o consumo interno e fomentar a economia. Assim, o Quadro 2 apresenta as reportagens selecionadas sobre o Plano Brasil maior, além dos aspectos positivos e negativos destacados.

QUADRO 2 - Reportagens Plano Brasil Maior

Fonte da Publicação	Aspectos Positivos	Aspectos Negativos
BBC Brasil (2011)	Desonerações fiscais para os setores automotivo, têxtil, calçados, máquinas, químico e inovação, além de incentivos à exportação e desoneração da folha de salários de alguns setores produtivos.	Divergências quanto à extensão dos benefícios fiscais e para quais setores da indústria. Medidas pouco audaciosas. Metas contestadas frente aos indicadores econômicos atuais.
Veja (2011)	Medidas que visam incentivar o investimento, o crédito e o consumo, através de reduções tributárias, barateamento do crédito e do custo financeiro.	Medidas já utilizadas em políticas industriais anteriores.
Revista Sustentabilidade (2011)	Os recursos liberados seriam utilizados como empréstimo e não empregados na pesquisa e desenvolvimento.	Medidas anunciadas não foram suficientes para melhorar as expectativas de empresários do setor industrial.
Estadão (2011)	Medidas antigas e já conhecidas	Favorecimento de alguns setores

	pelos brasileiros, que deveriam pressionar o governo a cortar gastos públicos, diminuir a carga tributária e investir na modernização do país.	específicos da indústria nacional, onde a PDP completaria o ano de 2010 sem cumprir suas principais metas.
Conjuntura Econômica (2011)	Desoneração da folha de pagamento para alguns setores industriais.	Preferência de 25% das aquisições de bens e serviços nacionais.

FONTE: Elaborado pelos autores da pesquisa.

Neste sentido, a reportagem intitulada “Governo lança política industrial em meio a temores de desindustrialização” (FELLET, 2011), publicada na BBC Brasil, argumenta que o persistente aumento das exportações de matérias-primas brasileiras motivam o governo a desenvolver um programa destinado a alavancar o setor industrial do país. Segundo a reportagem, as medidas previstas incluem desonerações fiscais para os setores automotivo, têxtil, calçados, máquinas, químico e inovação. Ainda, o Plano Brasil maior prevê incentivos à exportação da produção industrial, desoneração da folha de salários em alguns setores produtivos, além de ser uma política de defesa comercial.

Em notícias divulgadas anteriormente ao lançamento do Plano Brasil Maior, conforme a reportagem citada, os ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Desenvolvimento, Fernando Pimentel, divergiam quanto à extensão dos benefícios fiscais a serem concedidos nesta política, pois Mantega estaria preocupado com as contas públicas em tempos de crises, enquanto Pimentel defendia a adoção de medidas mais audaciosas. Contudo, os benefícios serão concedidos como forma de fomentar o setor industrial brasileiro, principalmente para reverter o quadro chamado nesta reportagem de “primarização” das exportações brasileiras (referente ao elevado número de exportações de matérias-primas, em comparação com exportações de produtos industrializados).

Esta reportagem ainda cita a opinião do economista e ex-ministro da economia Luiz

Carlos Bresser-Pereira sobre o plano. Para ele o alcance das metas estabelecidas nesta política é contestado frente à atual taxa de câmbio, fenômeno que incentiva investimentos estrangeiros e também é estimulado devido às altas taxas de juros. O economista ainda associa estes efeitos com a chamada “doença holandesa” (problema enfrentado pelos Países Baixos na década de 1960, quando o aumento nos preços do gás forçou o governo daqueles países a privilegiar o setor, levando à perda da competitividade da indústria). Na matéria, Bresser-Pereira cita como medidas eficazes neste caso o controle do câmbio, controle à entrada de capitais, além da redução da taxa básica de juros.

Em outra reportagem intitulada “Brasil anuncia medidas para estimular a economia e o consumo” (VEJA, 2011), o Ministro Guido Mantega anuncia medidas que buscam incentivar o investimento, o crédito e o consumo. Nestas medidas, são contempladas as reduções tributárias à indústria e o barateamento do crédito e do custo financeiro do país, relativos a investimento, inclusive estrangeiros, para os quais o governo eliminou o Imposto de Operações Financeiras (IOF) nas operações de compras de ações na bolsa de valores.

De acordo com a reportagem, para o ministro o objetivo destas medidas é enfrentar o custo financeiro do país que ainda é muito alto. Dentre as medidas divulgadas, também há redução do IPI para eletrodomésticos. Mantega considera estas medidas importantes para que os empresários continuem investindo no mercado interno e, conseqüentemente,

mantendo o emprego. A reportagem destaca ainda a opinião da Chefe do FMI, Christine Lagarde, sobre a estratégia macroeconômica do país, apoiada em três pilares: metas de inflação, taxa de câmbio e responsabilidade fiscal.

Entretanto, tais medidas não foram suficientes para melhorar as expectativas dos empresários da indústria brasileira, conforme reportagem intitulada “Plano Brasil Maior não atende à expectativa da indústria em relação à inovação” (REVISTA SUSTENTABILIDADE, 2011). A reportagem cita a opinião de Paulo Mol, gerente executivo de Política Industrial e Inovação da Confederação Nacional da Indústria (CNI), argumentando que as medidas divulgadas não resolvem os problemas dos empresários brasileiros. Paulo Mol ainda comenta que os recursos liberados serão utilizados como empréstimo e não empregados como recursos para pesquisa e desenvolvimento. O gerente executivo da CNI avalia ainda que a inovação na indústria brasileira encontra-se em terreno hostil, principalmente porque os empresários ainda precisam arcar com altos custos devido às questões conjunturais como carga tributária, altos juros e câmbio desfavorável.

Contudo, as críticas ao Plano Brasil Maior não param por aí, em reportagem intitulada “Lambança Político-Industrial” (ESTADÃO, 2011) fala-se que o governo favorece alguns setores específicos da indústria nacional, como o automobilístico, em detrimento de outros, correndo riscos inclusive frente à Organização Mundial do Comércio – OMC. Segundo esta reportagem, ao estabelecer uma discriminação com base em critérios de conteúdo nacional, o governo se expõe a contestações internacionais, porém decide correr os riscos.

De acordo com a reportagem, trata-se de medidas antigas e já de conhecimento da maior parte dos brasileiros, sendo vantajosas

para um seleto grupo e onerosas para a maioria. Defende-se aqui a idéia de que deve-se pressionar o governo para cortar o excesso de gastos públicos, diminuir a carga tributária e favorecer o investimento para modernização do país.

De uma forma geral, as reportagens aqui analisadas são corroboradas por outra publicada na revista *Conjuntura Econômica*, intitulada “Viés de Baixa” (ACIOLI e MONTEIRO, 2011), que reuniu um conjunto de análises elaboradas por economistas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE/FGV) sobre o Plano Brasil Maior. No geral, a opinião dos economistas não é muito favorável, beirando a decepção e o ceticismo quanto à eficiência das medidas divulgadas.

Para os autores citados nesta reportagem, o principal aspecto positivo do plano é a desoneração da folha de pagamento para setores de confecção, calçados, móveis e tecnologia da informação, elevando a competitividade destes setores internamente, pois tal medida ainda não é suficiente para levar o setor a conquistar o mercado externo, como cita a economista Silvia Mattos. A reportagem ainda cita como ponto negativo, conforme apontado pelos economistas do IBRE, a preferência de até 25% das aquisições de bens e serviços nacionais realizados pelo governo, sendo esta medida criticada por Silvia Matos como forma de incentivo à ineficiência, dado o cenário mundial das incertezas.

A reportagem conclui com os principais destaques do Plano Brasil Maior. Quanto à defesa da Indústria e do Mercado Interno, destaca-se a criação de um novo regime para o setor automobilístico, com incentivo tributário, agregação de valor, emprego e inovação. No tocante a “Estímulos ao investimento e à Inovação”, cita-se a ampliação de recursos via BNDES para capital

de giro disponibilizado à micro e pequenas empresas de R\$ 3,4 bilhões para R\$ 10,4 bilhões. No que se refere ao Comércio Exterior, a reportagem destaca a instituição do programa Reintegra que promove a devolução às empresas exportadoras de bens industrializados de até 3% dos valores exportados.

CONCLUSÕES

Sendo um tema atual e propenso à discussão, a adoção de Políticas Industriais é defendida por muitos e criticada por outros. Entretanto, é consenso entre economistas e empresários do setor produtivo que se trata de necessários instrumentos à manutenção de indicadores econômicos em períodos de crise.

Neste sentido, a Política de Desenvolvimento Produtivo adotada no segundo mandato do governo Lula influenciou alguns setores a alcançar importantes resultados, mesmo que esta política não tenha obtido êxito na maioria das suas metas. Como alternativa encontrada pelo governo para fomentar a indústria e o mercado interno, a PDP se mostrou eficiente nos setores de baixa e média intensidade tecnológica, sendo amplamente criticada por economistas, empresários e entidades representativas dos setores produtivos por atuar através de medidas protecionista e em favorecimento a determinados segmentos industriais.

Embora não chegando aos objetivos e metas traçados inicialmente, a PDP foi apontada com um importante passo rumo à elaboração de uma política industrial consistente no país, além de servir de base para a elaboração do Plano Brasil Maior, adotado pelo governo Dilma em 2011. Apesar de incorrer em alguns problemas elencados na PDP, o Plano Brasil Maior demonstra ser um plano de continuidade à política industrial do

governo, apresentando poucas novidades. Com isso, as expectativas dos atores envolvidos no cenário produtivo do país foram frustradas, visto que se esperavam medidas mais audaciosas.

A opinião de economistas, empresários, políticos e representantes de entidades de classe sobre as duas políticas industriais, tanto na PDP, quanto no Plano Brasil Maior, conforme as reportagens selecionadas neste estudo, remete-se à necessidade de medidas mais profundas, como reformas estruturais. Com isto, na visão dos autores citados nas reportagens, a reforma tributária e fiscal, reforma trabalhista e previdenciária, além de investimentos em infraestrutura e logística são essenciais para o sucesso de qualquer medida pública em prol da dinamização dos setores produtivos e aumento do nível de emprego e renda no Brasil. Contudo, percebe-se que apesar de consideradas "novas políticas industriais", visto que são as mais recentes no País e que não existiam medidas nesta área nas últimas décadas, tanto a PDP quanto o Plano Brasil Maior, repetem equívocos anteriores, permanecendo os antigos problemas, carentes de soluções.

Por fim, esta pesquisa enfrentou algumas limitações relativas à seleção das reportagens. Quanto à primeira política, pode-se observar a confirmação das expectativas iniciais apontadas nas reportagens selecionadas, devido ao fato de ter-se concluído o período de vigência da PDP. No entanto, no que se refere às reportagens sobre o Plano Brasil Maior, apenas foi possível identificar as expectativas, sem confrontá-las com a efetivação de suas metas, visto que as medidas previstas foram divulgadas recentemente e suas implantações estão apenas iniciando. Assim, caberia como sugestão para estudos futuros, a realização de confrontações das metas do Plano Brasil Maior com os dados

econômicos, verificando a eficiência desta política.

REFERÊNCIAS

ACIOLI, C.; MONTEIRO, S. Viés de Baixa. **Conjuntura Econômica**, IBRE-FGV, Rio de Janeiro, set. 2011.

ALEM A. C.; BARROS, J. R. M.; GIAMBIAGI F. Bases para uma política industrial moderna. In: XIV FÓRUM NACIONAL, ESTUDOS E PESQUISAS, 2002, Rio de Janeiro. **Anais XIV Fórum Nacional, Estudos e Pesquisas**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Altos Estudos, 2002.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. **Cartilha Brasil Maior**. Disponível em: <http://www.brasilmaior.mdic.gov.br/wp-content/uploads/cartilha_brasilmaior.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2011a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. **Comércio exterior**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/pdp/index.php/sitio/inicial>>. Acesso em: 14 nov. 2011c.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. **Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP)**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/pdp/index.php/sitio/inicial>>. Acesso em: 04 dez. 2011b.

BRESSER-PEREIRA, L.C. **Desindustrialização e câmbio**. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/Papers/Interviews/2010/10.09.Entrevista_Bresser-NI.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2011.

BRITO, A. Juros e câmbio vão impedir metade das metas da política industrial, diz Fiesp. **Folha de São Paulo**, São Paulo, Jun. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u414369.shtml>>. Acesso em: 12 dez. 2011.

CANO, W.; SILVA, A.L.G. Política industrial do governo Lula. **Texto para Discussão**, Campinas, IE/UNICAMP, n.181, jul. 2010.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**. São Paulo: Mc Graw-Hill do Brasil, 1976.

CORONEL, D. A. et al. Impactos da política de desenvolvimento produtivo na economia brasileira: uma análise de equilíbrio geral computável. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 01, p. 140-160, 2011.

CORONEL, D. A. **Impactos da política de desenvolvimento produtivo na economia brasileira**. 2010. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2010.

CORONEL, D. A.; AZEVEDO, A. F. Z. A Política Industrial do governo Lula. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, RS, p. 10, 10 jun. 2011.

ESTADÃO. **Lambança Político-Industrial**, 2011. Disponível em:
<<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,lambanca-politico-industrial,773774,0.htm>>.
Acesso em: 12 dez. 2011.

FELLET, J. Governo lança política industrial em meio a temores de desindustrialização. **BBC Brasil**, 2011. Disponível em:
<http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/08/110801_politica_industrial_jf.shtml>.
Acesso em: 11 dez. 2011.

FERRAZ, J. C.; MENDES, G.; KUPFER, D. Política industrial. In: KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. (org.). **Economia industrial**. São Paulo: Editora Campus, 2002.

FERRAZ, M.B. Retomando o debate: a nova política industrial do governo Lula. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, v. 32, n. 2, p. 227-263, 2009.

FERREIRA, P. C. **Sobre a inexistente relação entre política industrial e comércio exterior**. Economia Aplicada, Ribeirão Preto, SP, v. 9 n. 4, 2005. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-80502005000400001&script=sci_arttext>. Acesso em: 12 dez. 2011.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1995.

MORAIS, J.M.L.; LIMA JÚNIOR, F.D.O. Política industrial do Governo Lula: desenvolvimentista ou corretiva de falhas de mercado. In: ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA, 15, 2010, Fortaleza. **Anais Encontro Regional de Economia**. Fortaleza: ANPEC-NORDESTE, 2010. p. 1-20.

NASSIF, A. Há evidências de desindustrialização no Brasil? **Revista de Economia Política**, v. 28, n. 1, São Paulo, jan.-mar. 2008. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010131572008000100004&script=sci_arttext&tlng=en>.
Acesso em: 11 dez. 2011.

NOTÍCIAS CGEE. **Encontros Estratégicos**: Política de Desenvolvimento Produtivo é tema de Arcuri, da ABDI, Brasília, 2008. Disponível em:
<http://www.cgee.org.br/noticias/viewBoletim.php?in_news=709&boletim=17>. Acesso em: 11 dez 2011.

PACK, H.; SAGGI, K. Is there a case for industrial policy? A critical survey. **The World Bank Research Observer**, v. 21, n. 2, p. 267-297, 2006.

PEREIRA, F. S. Política Industrial como instrumento promotor do desenvolvimento e da sustentabilidade de sistemas produtivos. **Anais do XIII SIMPEP**, Bauru, SP, 2006.

PINHEIRO, M.C. et al. Por que o Brasil não precisa de política industrial. **Ensaio Econômico**, Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, n.644, mar. 2007.

REVISTA SUSTENTABILIDADE. **Plano Brasil maior não atende à expectativas da indústria em relação à inovação**. Disponível em: <<http://www.revistasustentabilidade.com.br/pesquisa-e-inovacao/plano-brasil-maior-nao-atende-a-expectativa-da-industria-em-relacao-a-inovacao>>. Acesso em: 12 dez. 2011.

SARTI, F.; HIRATUKA, C. **Perspectivas de investimentos no Brasil**. Rio de Janeiro: Synergia, 2010.

SCARPARO, H. Pesquisa histórica em Psicologia. In: SCARPARO, H. (Org.). **Psicologia e pesquisa: Perspectivas metodológicas**. Porto Alegre, Sulina, 2000.

SUZIGAN, W.; FURTADO, J. Instituições e políticas industriais e tecnológicas: reflexões a partir da experiência brasileira. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 7-41, 2010.

SUZIGAN, W.; FURTADO, J. Política industrial e desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 163-185, 2006.

VEJA. **Brasil anuncia medidas para estimular a economia e o consumo**, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/economia/brasil-anuncia-medidas-para-estimular-a-economia-e-o-consumo>>. Acesso em: 12 dez. 2011.

VEJA. **Política Industrial de Lula fecha ano sem cumprir metas**, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/economia/politica-industrial-de-lula-fecha-ano-sem-cumprir-metas>>. Acesso em: 12 dez. 2011.

WATANABE, M.; VILAVERDE, J. Para empresários, política industrial apenas acelerou medidas pontuais. **Jornal Valor Econômico**, São Paulo, mar. 2010. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/arquivo/813457/para-empresarios-politica-industrial-apenas-acelerou-medidas-pontuais>>. Acesso em: 12 dez. 2011.

NOTAS

(1) Graduação: ARQUIVOLOGIA/UFSM-2003; CIÊNCIAS CONTÁBEIS/UNIFRA-2011;
Pós Graduação: Especialização em RH e Marketing/FAMES-2009; Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Administração UFSM; Linha de Pesquisa em Finanças - PPGA/UFSM;
E-mail: cristianocontador@hotmail.com
Instituição de Origem: Professor dos Cursos de Graduação em Administração e Contabilidade do Centro Universitário Franciscano - UNIFRA - Santa Maria/RS - Contador da Prefeitura de Santa Maria/RS.

(2) Graduação: CIÊNCIAS ECONÔMICAS/UFSM-2005
Mestrado: AGRONEGÓCIOS/UFRGS-2008
Doutorado: ECONOMIA APLICADA/UFV-2010
E-mail: daniel.coronel@uol.com.br
Instituição de Origem, com nome da cidade e Estado: Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Administração da UFSM- SANTA MARIA-RS.

(3) Graduação: CIÊNCIAS ECONÔMICAS (UFSM) EM 1982
Mestrado: ECONOMIA RURAL /UFRGS-1987
Doutorado: ECONOMIA APLICADA/ESALQ-USP-1997
E-mail: pascoaljmarion@yahoo.com.br
Instituição de Origem, com nome da cidade e Estado. PROFESSOR ASSOCIADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DA UFSM- SANTA MARIA-RS

Enviado: 13/03/2012
Aceito: 14/05/2013
Publicado: 31/07/2013